

INTRODUÇÃO

Actualmente a qualidade do ensino constituiu uma das maiores preocupações das Instituições de Ensino Superior (IES) em Angola e em vários países do mundo. Nesta senda vê-se no caso de Angola, uma acentuada preocupação dos gestores do sistema de educação no sentido de garantir que o ensino e a educação venham a contribuir de forma assertiva no desenvolvimento socioeconómico do país. Entretanto a aferição da qualidade das IES observa alguns pressupostos legais e de boas práticas, sendo um deles a capacidade de olhar-se no interior, ou seja, a Autoavaliação. As políticas e procedimentos de autoavaliação fornecem um quadro de actuação dentro do qual as IES, procedam ao desenvolvimento e medição da eficácia de seus sistemas de gestão. Elas também ajudam a construir a confiança do público consumidor e não só, nas principais estratégias e meios implementados para atingir a missão e os objectivos definidos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022 - 2026). Permite também ter uma noção clara e abrangente sobre a ligação entre ensino e pesquisa dentro da instituição, a estratégia da instituição em termos de qualidade, organização do sistema de gestão, as responsabilidades dos departamentos, e outras unidades organizacionais e os de indivíduos, o envolvimento dos alunos e da comunidade académica, bem como as formas como a política é implementada, monitorada e avaliada.

Nesse contexto, o ISCAH não foge esta perspectiva e a tendência das orientações do MESCTI através do INAAREES relativamente a necessidade das IES procederem periodicamente a sua Autoavaliação e posteriormente se submeterem a Avaliação Externa e Acreditação.

No presente relatório foram consideradas as seguintes dimensões: Ensino; investigação; extensão universitária, administração e gestão organizacional e onze (11) indicadores: Missão e plano de desenvolvimento institucional; gestão; currículos; corpo docente; pessoal técnico e administrativo; investigação; extensão; intercâmbio; infra-estruturas e cumprimento da legislação em vigor.

METODOLOGIA DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente, a CAA desenvolveu uma proposta de questionários de avaliação institucional e disponibilizou ao corpo docente, discente e técnicos administrativos. Posteriormente, a CAA aprovou e elaborou a versão definitiva dos questionários e, em seguida, disponibilizou os mesmos ao público-alvo. A recolha de dados ocorreu durante o II semestre, e os questionários foram disponibilizados à comunidade académica, por meio do sistema electrónico. Os participantes receberam por e-mail o formulário de auto-avaliação institucional e anonimamente responderam. Para a preparação dos dados, elaboração dos gráficos e do relatório foi utilizados os softwares Excel, Word e Google Drive. Além do relatório institucional, ainda foram elaborados relatórios por áreas de saber afim de abarcar todos os cursos de Contabilidade e Administração, Gestão de Recursos Humanos e Economia. Tais relatórios foram disponibilizados para a comunidade académica interna e externa por meio do site e também encaminhados via e-mail para os departamentos de ensino e investigação (DEIs), coordenações de cursos e departamentos administrativos. Foram realizados encontros de trabalho com a comunidade académica para a discussão dos dados e elaboração de propostas de melhorias.

CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

Estudantes no acto da elaboração deste relatório o ISCAH contava com 109 do curso de Direito. Dentre os quais, 63 estudantes que corresponde a 57,7% responderam ao questionário dos inquiridos.

Docentes

Actualmente os Cursos acima referenciados no ISCAH contam com 9 docentes, dentre os quais, 7 responderam ao questionário, o que corresponde à 77,7% dos inquiridos. Destes, 77,7% do sexo masculino.

Pessoal Técnico Administrativo

Aquando da elaboração deste relatório nos cursos em análise no ISCAH estavam registados 10 funcionários administrativos, dentre os quais, 8 responderam ao questionário, o que corresponde a 80% dos inquiridos. Destes, 62,5% são do género feminino e 37,5% do masculino. As áreas de trabalho com maior participação foram os Departamentos de Recursos Humanos com 5 (62,5%) e as demais áreas (comunicação e imagem, secretaria-geral e coordenação dos assuntos académicos) com 37,5%.

ANÁLISE DOS DADOS POR INDICADORES

Avaliação dos Estudantes

Indicador 1 - Missão e plano de desenvolvimento institucional: a análise dos dados mostram-nos que no curso em questão (Direito) 32,3 (51%) conhecem a missão e plano de desenvolvimento Institucional e 31 (49%) dos estudantes inquiridos não conhecem a missão, e não a consideram actual e bem divulgada e que desconhecem por completo e afirmam que não está a ser bem divulgada.

Indicador 2 - Gestão: a análise dos dados mostra que 82% dos estudantes do curso de Direito não conhecem o responsável do seu curso e 18% afirmam que conhecem enquanto; 75 % não conhecem o responsável da área e consideram que a gestão do curso não é transparente e 25% consideram que é transparente; considera que a instituição promove igualdade e equidade de género; 76 % dos inquiridos no curso de Direito afirmam que o ISCAH não possui normas e regulamentos de avaliação dos estudantes e 24% afirmam que a mesma possui; 57,4% afirmam não conhecer o gabinete de apoio psicológico e 37,7% afirmam que não é aplicável em ambos os cursos.

Indicador 3 - Currículos: 50% dos inquiridos do curso de Contabilidade e Administração afirmam que não existe um sistema de avaliação de estudantes de acordo com o quadro curricular ao passo que, 50% afirmam que existe um sistema de avaliação de estudantes de acordo com o quadro curricular. Quanto os métodos de ensino-aprendizagem dos cursos ou programas do ISCAH, 60,3% afirmam que estão descritos de forma clara e 39,7% afirmam que os métodos de ensino aprendizagem dos cursos e/ou programas do ISCAH não estão descritos de forma clara em ambos os cursos. Quanto a metodologia de de ensino e aprendizagem 52% dos estudantes do curso em questão afirmam que o ISCAH possui um sistema de metodologias de ensino-aprendizagem e normas de avaliação que facilitam o desenvolvimento das atitudes, pelo que, 48% afirmam que não possui; de igual forma 50% dos inquiridos avaliam de forma negativa os métodos de ensino aprendizagem dos cursos e/ou programas e não satisfazem as necessidades educativas dos estudantes mantendo padrões de qualidade adequadas; 50% dos inquiridos afirmam que os métodos de avaliação do seu curso não são justos; 54,3% dos inquiridos afirmam que os resultados das avaliações não são dados a conhecer dentro do tempo regular e 45,7% dos mesmos afirmam que os resultados das avaliações são dados a conhecer dentro do tempo regular; 76,5% dos inquiridos afirmam que não participam na avaliação periódica do processo de ensino-aprendizagem enquanto que 23, 5% afirmam fazer parte da avaliação periódica do processo de ensino-aprendizagem.

Indicador 4- Corpo docente: 70,2% dos inquiridos afirmam que a instituição possui e divulga programas de gestão e manutenção de registo de estudantes e 29,8% afirmam não existir no curso de Direito. Para o curso de Direito, 80% afirmam que conhecem as estruturas de apoio pedagógico e de aconselhamento sobre os percursos académicos e 20% afirmam que não conhecem as estruturas que promovem a sua integração à comunidade académica.

Indicador 5 - Corpo Discente: No curso de Direito 35% afirmam que não conhecem as estruturas de apoio pedagógico e de aconselhamento sobre os percursos académicos e 65% afirmam que conhecem. 80,9% dos inquiridos

afirmam que a instituição possui e divulga programas de gestão e manutenção de registo de estudantes e 19,1% afirmam que não possui.

Indicador 6 – Pessoal Técnico-Administrativo: 80,9% dos inquiridos afirmam que não tem apoio social; 19,1% afirmam que os rácios PTA docentes é insuficiente para os dois cursos em avaliação.

Indicador 7 - Investigação: Quanto a análise feita ao curso, 80,7% dos inquiridos afirmam que o ISCAH não promove e nem incentiva a produção científica pelo que, 19,3% afirmam que a mesma promove e incentiva a produção científica.

Indicador 8 - Extensão: 88,0% do pessoal afirmam que as actividades de extensão não estão integradas nas comunidades e 12,0% afirmam que as actividades de extensão estão integradas nas comunidades; 78,7% do pessoal afirmam que as actividades de extensão não estão integradas no processo de ensino-aprendizagem e 21,3% destes afirmam que as actividades de extensão estão integradas no processo de ensino-aprendizagem.

Indicador 9 - Intercâmbio: Quanto a este ponto, verificamos que para o curso (Direito) 50% dos inquiridos afirmam que não têm conhecimento das políticas de mobilidade para programas internacionais enquanto que os restantes 50% afirmam que sim.

Indicador 10 – Infra-estruturas: Quanto a este ponto, a avaliação do curso de Direito singe-se no seguinte: 50% dos inquiridos consideram que o espaço não é suficiente para o desempenho das actividades programadas para os estudantes e os outros 50% afirmam ser suficiente; 77,6% dos inquiridos consideram que as instalações são adequadas e adaptadas para estudantes com necessidades especiais e 22,4% afirmam não ser. Dos inqueridos, 55,2% consideram que o tribunal simulado é funcional e 44,8% afirmam não ser operacional. Dos inquiridos 86,3% consideram que os computadores não estão em número suficiente para satisfazer a procura e 13,7% dizem que são insuficientes; 70% dos inquiridos consideram que a biblioteca contém acervo bibliográfico actual e adequado aos cursos e programas da instituição enquanto que 30% dizem o contrário; 61% dos inquiridos consideram que o ISCAH não tem internet operacional para acesso a toda comunidade académica e 39%

afirmam que sim; 62,1% dos inquiridos avaliam de forma positiva que as salas de aulas possuem luz natural e 37,9 afirmam não existir luminosidade suficiente; 72,1% afirmam que as salas de aulas possuem luz eléctrica adequada e 27,9 dizem quem não; 54,3% afirmam que as janelas das salas de aulas não possuem cortinas ao passo que 45,7% dizem possuir; 56,3% afirmam que as salas de aulas possuem ventilação adequada e 43,7% dizem não ser suficiente; 83,1% consideram que as salas de aulas possuem número suficiente de cadeiras para docentes e estudantes (por pessoa) enquanto que 16,9% afirmam que não possui; 69,4% consideram que as salas de aula possuem espaço suficiente para actividade em grupo e 30,6% afirmam que o espaço para actividades em grupo não é suficiente; 92,9% consideram que as salas de aulas não possuem retroprojector e quadro moderno (de fundo branco) e os 7,1% abstiveram-se. Ou seja, não responderam a esta questão; 77,6% consideram que as salas de aulas possuem um balde de lixo e 22,4% afirmam que os mesmos estão fora da sala; 74,9% consideram que o tribunal simulado possui luz eléctrica adequada e 25,1% que não; 74,2% consideram que o mesmo não possui ventilação adequada e 25,8% afirmam que sim; 70, 2% consideram que o tribunal simulado não possui espaço suficiente para os estudantes realizarem as suas práticas e 29,8% afirmam possuir; 85,2% consideram que existe um procedimento de manutenção de equipamentos enquanto que 14,8% afirmam não possuir um procedimento de manutenção de equipamentos; 68,3% dos inquiridos consideram que o tribunal simulado é adaptado aos estudantes com necessidades especiais e 31,7% dizem que não se aplica; 55% consideram que os equipamentos do tribunal simulado é adequado em quantidade e qualidade e 45% afirmam ter em quantidade e qualidade; 50% consideram que não estão satisfeitos com a condição do tribunal e 50% afirmam que são sim satisfatórios; 76,5% dos inquiridos consideram que a biblioteca possui luz natural, luz eléctrica, ventilação, assentos confortáveis e organização dos materiais adequados 23,5% dizem não possuir e que os assentos não são confortáveis; 57,4% consideram que a quantidade de empréstimo de livros não é adequado e 42,6% dizem que dá para emprestar de acordo com a possibilidade da instituição; 86,9% dos inquiridos afirmam que não estão satisfeitos com os sistemas de acesso aos materiais e sua consulta na biblioteca enquanto que 13,1% afirmam estar satisfeito; 69,4% afirmam que a biblioteca possui um

sistema de responsabilização que assegura a conservação dos livros e outros itens e os restantes 30,6% afirmam não possuir; 73,2% dos inquiridos afirmam que a biblioteca é limpa e organizada e os outros 26,8% afirmam não ser limpa e organizada; 92,8% consideram que existe casas de banho separadas por género e 7,2% abstiveram. Ou seja, deixaram a questão por responder; 79,8% afirmam que existe casas de banho adaptadas aos portadores de deficiência e 20,2% afirmam não ter; 70,0% consideram que existe água canalizada, autoclismo funcionais e recipientes com saco de plástico para o lixo e 30% que dizem não haver; 60,1% consideram que as casas de banho são limpas após cada intervalo de turno e 39,9% dizem que não; 54% dos inquiridos avaliam de forma positiva que as salas de aulas, laboratórios, tribunal simulado e biblioteca têm equipamentos bem conservados e 46% dizem não estarem conservados até certa medida; 97,3% consideram que o ISCAH não tem um posto médico e 2,7% não responderam a esta questão; 70% dos inquiridos afirmam que o ISCAH possui um refeitório e área de lazer 30% afirmam que não. A maior parte do efectivo inquirido é composto por estudantes do período pós-laboral.

Indicador 11 – Cumprimento da Legislação em vigor: 71% dos inquiridos responderam que existe conformidade dos cursos com a missão e o plano de desenvolvimento da IES. 29% a avaliação do grau de implementação da legislação de curso é insuficiente.

Periodicidade e coordenação da AA do Curso

Do ponto de vista legal (Decreto 108/20 de 9 de Março), a auto avaliação do curso é realizada a cada cinco anos, período em que termina um ciclo de formação.

Considerando nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto Presidencial n.º 203/18 de 30 de Agosto que cada IES deve ter um interno responsável pela condução do processo de garantia de qualidade, a auto-avaliação no ISCAH será coordenada pelo Departamento de Gestão da Qualidade e executada pela Comissão de Auto-Avaliação do Curso nomeada pelo Presidente sob proposta do Conselho Científico com vigência de um ano.

Atribuições do Departamento de Gestão da Qualidade

O Departamento de Gestão da Qualidade é dirigido por um coordenador que será coadjuvado por dois técnicos efectivos que exercem funções de chefes de seccção. Os trabalhos deste órgão serão desenvolvidos através de comissões de trabalho especializadas como a Comissão de Avaliação Docente e a Comissão de Avaliação Estudantil e Condições de Trabalho.

O Departamento de Gestão da Qualidade tem as seguintes atribuições:

- Planificar os processos de avaliação do Curso;
- Propor processos de garantia da qualidade para o ensino, a investigação e a extensão universitária do Curso;
- Promover a adesão às boas práticas de gestão do Curso Superior;
- Incentivar a comunidade académica e científica do Curso a participar do processo de avaliação;
- Propor processos e procedimentos que visem melhorar e garantir a qualidade do ensino, da investigação e da extensão universitária do Curso;
- Divulgar os resultados da auto-avaliação do Curso.

Atribuições da Comissão de Auto- Avaliação

Conforme o n.º 1 do artigo 11. do Decreto Executivo 108/20 de 9 de Março, cabe à Comissão de Auto-Avaliação:

- Proceder ao estudo do Guião e do Manual de Auto-Avaliação das Instituições de Ensino Superior, adequando-os ao contexto;
- Mobilizar a comunidade académica com vista à sua participação no processo de auto-avaliação;
- Elaborar o projecto de auto-avaliação;
- Elaborar o cronograma do processo de auto-avaliação;
- Propor a participação de entidades externas à instituição;

- Elaborar o relatório de auto-avaliação;
- Submeter o relatório de auto-avaliação à discussão da comunidade.

Dinâmica da auto-avaliação do Curso no ISCAH

Procedimentos

As dimensões da auto-avaliação institucional serão operacionalizadas da seguinte forma:

- Avaliação dos docentes e investigadores;
- Avaliação das condições de trabalho;
- Avaliação da satisfação do estudante do Curso;
- Avaliação dos sectores ou serviços.

Instrumentos

A auto-avaliação será feita através de vários instrumentos de colecta de dados:

- Inquérito para a recolha de dados de avaliação;
- Fichas de avaliação da satisfação no atendimento;
- Grelhas de observação de desempenho;
- Inquérito de avaliação de impacto;
- Grelhas de observação das condições de trabalho;
- Entrevista a funcionários.

Escalas de avaliação

- Escala de avaliação de desempenho do pessoal docente, investigador e administrativo: 1=insuficiente; 2=suficiente; 3=bom;

4=muito bom; 5=excelente;

- Escala de avaliação da satisfação no atendimento: 0=muito mau; 1=mau; 2=normal; 3=bom; 4=muito bom;5=excelente;
- Escala de avaliação do impacto: 1=baixo; 2=médio; 3=alto.

Relatório de AA do Curso

O relatório de auto-avaliação (RAAC) deve descrever as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças e apresentar um plano de melhorias da instituição, precisando áreas e sectores que careçam de intervenção a curto, médio e longo prazos.

Ética e deontologia profissionais

Princípios éticos e deontológicos inerentes ao processo de autoavaliação institucional:

1. O pessoal afecto ao Departamento de Qualidade actuará sempre de acordo com um código de ética e deontologia profissionais, alinhado com os princípios e valores do ISCAH em todas as acções profissionais em que estejam envolvidos;
2. A actuação do Departamento de Gestão de Qualidade decorrerá segundo a legislação vigente sobre o funcionamento das Instituições de Ensino Superior em Angola e os regulamentos internos do ISCAH;
3. Todos os dados e informações relativos aos processos de avaliação serão geridos pelo Departamento de Gestão de Qualidade de forma confidencial, garantindo a imparcialidade na análise e apresentação dos resultados;

4. O Departamento de Gestão de Qualidade fomentará boas relações de trabalho com todos os sectores do ISCAH com base nos princípios da colaboração, do respeito mútuo e da legitimidade para melhorar os resultados institucionais.

ANÁLISE SWOT DOS CURSOS

Após a interpretação dos dados recolhidos no processo de autoavaliação, a comissão prosseguiu com a realização de uma análise SWOT em 12 que foram observados ao nível interno as forças e fraquezas; a nível externo as oportunidades e ameaças, como se pode observar no Quadro a seguir.

Forças	Fraquezas	Oportunidade	Ameaças
Infraestrutura	Docentes maioritariamente com a categoria de assistente estagiário e assistente	Boa localização	Contexto económico-financeiro
Relações interpessoais (Humanização)	Corpo docente maioritariamente colaboradores	Disponibilidade de mão-de-obra qualificada	Políticas microeconómicas pouco favoráveis à prestação de serviços
Facilidade do acesso	Dificuldade de acesso em época chuvosa	Disponibilidade da infraestrutura para absorver serviços de terceiros	O meio envolvente do ISCAH
Capital humano maioritariamente jovem	Fraca mobilidade discente	Corpo docente maioritariamente jovem	Défice dos serviços de segurança
Gabinete de Comunicação e Imagem	Pouco incentivo aos projectos de investigação e extensão	Possibilidade de intercâmbio	Mercado de bens e serviços instáveis
Captação de quadros recém-formados com mérito	Poucas visitas técnicas, palestras e eventos da comunidade docente e discente	Possibilidade de maior captação de estudantes	Elevado índice de desemprego
Estudantes egressos (com sucesso no mercado)	Falta de gestão participativa	Possibilidade da expansão da Infraestrutura	Falta de acesso a internet

Gabinete Jurídico	Falta de plano de melhorias das acções dos pontos fracos e das ameaças	Possibilidade de implementação de cursos de pós-graduação	Qualidade docente
Bom relacionamento entredocentes, discentes e coordenadores			
Tolerância zero a corrupção	Desprovemento das reclamações pontuais dos funcionários		
Mecanismo de Controlo aos docentes	Prestação deficitária dos serviços		
	administrativos e académicos		
Primazia às aulas práticas	Algumas insuficiências na preparação de plano de aulas		
Estágios profissionais aos estudantes	Atraso na publicação da escala de estágio e emissão da credencial		
	Atraso no lançamento de notas no sistema		
	Falta de componente prática no Laboratório da instituição.		
	Insuficiência de políticas de captação de estudantes (Gabinete de comunicação e imagem)		
	Acervo Bibliográfico insuficiente		

	Condições insuficientes das Casas de banho		
	Iluminação insuficiente nalgumas salas		
	Ausência de reprografia		
	Ausência de cartão de estudante		
	Ausência de actividades de extensão do curso		
	Insuficiência de meios de trabalho para os docentes		
	Ausência do gabinete da Coordenação		

RECOMENDAÇÕES

- ✓ Após análise dos dados do processo de Auto-Avaliação, a Comissão apresenta as seguintes recomendações:
- ✓ Melhorar as estratégias de sensibilização dos estudantes de Contabilidade e Administração, Gestão de Recursos Humanos e Economia para participação no processo de auto-avaliação do Curso;
- ✓ Implementar a gestão participativa a todos os níveis;
- ✓ Ajustar os tempos lectivos ao plano curricular do curso;
- ✓ Complementar o tribunal simulado do curso com equipamentos necessários para a sua funcionalidade;
- ✓ Implementação do laboratório dos cursos avaliados;
- ✓ Reestabelecer o website e o sinal de Internet para acesso a toda comunidade académica;
- ✓ Actualizar o acervo bibliográfico do curso;
- ✓ Aumentar os dias de treinamentos no tribunal simulado;

- ✓ Colocar cortinas/persianas nas janelas das salas de aula para melhoria das condições de projecção no Laboratório;
- ✓ Munir as salas de aulas com *retroprojetores* e quadros modernos;
- ✓ Melhoria do acervo bibliográfico em quantidade e qualidade bem como as condições de gestão e habitabilidade;
- ✓ Melhorar a divulgação da regulamentação das linhas de Investigação científica dos Cursos;
- ✓ Criar mecanismos para a participação dos docentes em projectos de Investigação Científica e o seu financiamento interno e externo;
- ✓ Melhorar os programas de extensão;
- ✓ Melhorar e divulgar as políticas de intercâmbio;
- ✓ Melhorar as condições da sala dos professores com a colocação de divisórias e o sistema tecnológico (biometria e rede de computadores);
- ✓ Implementar as políticas de formação contínua dos funcionários e capacitação docente.

ANÁLISE GLOBAL

De uma forma geral, verificou-se uma notável aderência ao processo de AAC onde foi ultrapassada a expectativa da amostra definida num universo de 100%. De facto, os estudantes, o corpo docente e o pessoal técnico administrativo avaliaram de forma positiva a maior parte dos indicadores culminando com recomendações para a melhoria do processo.

A maior parte do efectivo inquirido é composto por estudantes do período pós-laboral.

No que concerne a análise SWOT, contrariamente a avaliação positiva global, denota-se uma prevalência dos pontos fracos sobre os pontos fortes no ambiente interno, pelo que regista-se a prevalência das oportunidades em relação às ameaças no ambiente externo.

CONCLUSÕES

No âmbito do processo de auto-avaliação foram inquiridos estudantes, docentes e pessoal técnico-administrativo com base nas quatro (4) dimensões e onze (11) indicadores propostos pelo INAAREES. De uma forma geral os resultados foram positivos apesar da existência de fraquezas pelas quais apresentaram-se recomendações tendo em vista as acções de melhoria. Ao longo do processo, a Comissão de Auto-Avaliação desenvolveu um trabalho em equipa com envolvimento da comunidade académica. Para a conformação do processo, foram utilizadas diferentes ferramentas informáticas e estatísticas que permitiu melhorar a eficiência do trabalho da Comissão e a produção do relatório conclusivo.

Um dos maiores constrangimentos encontrados a não recepção atempada da comunicação por razões técnicas. A lição aprendida está relacionada com a identificação das anomalias existentes e os mecanismos passíveis da resolução. Para tal, com este processo perspectiva-se a melhoria contínua dos procedimentos e dos dispositivos afectos ao processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Decreto Executivo 108/20 de 09 de Março que estabelece o Regulamento do Processo de Auto-Avaliação das Instituições de Ensino Superior. Diário da República de Angola. I Série, n.º 26.

Decreto Presidencial n.º 310/20 de 7 de Dezembro que estabelece o Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Superior. Diário da República de Angola. I Série.

Decreto Presidencial n.º 203/18 de 30 de Agosto que estabelece o Regime Jurídico da Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior. I Série, n.º 133.

Estatuto Orgânico do Instituto Superior politécnico Privado do Kilamba. (2022). Luanda.

Guião de Auto-Avaliação de Instituições de Ensino Superior, Cursos e/ou Programas. (2022). Luanda: INAAREES.

Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 17/16, de 7 de Outubro. Diário da República de Angola. I Série.

Manual de Avaliação Externa de Cursos e/ ou Programas. (2022). Luanda: INAAREES.

Manual de Procedimentos de Acreditação de Instituições de Cursos e /ou Programas. (2022). Luanda: INAAREES.

